

RELATÓRIO



15ª

Conferência Regional
da **Assistência Social**
da **Penha**
11/08/2023



Ricardo Nunes
Prefeito da Cidade de São Paulo

Carlos Bezerra Jr.
Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

Décio Matos
Secretário Adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social

Ciça Santos
Chefe de Gabinete da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Chefe da Assessoria Técnica

Regina Alves Ribeiro
Coordenadora da Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Vanessa Helvécio
Coordenadora da Proteção Social Especial

Sylmara Andreoni Vettorello Ramires
Coordenadora da Proteção Social Básica

Carolina Nakagawa
Coordenadora do Observatório da Vigilância Socioassistencial

Luiz Fernando Francisquini
Coordenador da Gestão de Benefícios

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente

Marcelo Panico
Vice-presidente

Adriana Ferreira
1ª Secretária

Priscila Pereira Alves Scharth Gomes
2ª Secretária

Josefa Alves Amorim
Secretária Executiva

Márcia de Souza Gonçalves
Max Nicola Gonçalves Lúcio
Marcela Luchetta Bressani
Gessiane Sayuri Nogueira Kudo
Equipe Técnica da Secretaria Executiva

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Segmento dos Trabalhadores do setor

Titulares:

Cleuma Maria dos Santos Moraes
Karen Sales Correa Stein
Solange Cristina Castro Sampaio

Suplentes:

Catia de Oliveira Borges
Darlene Terzi Dos Anjos Afonso Cazarini
Flávia Maria de Moura Reis

Segmento dos Usuários da Assistência Social

Titulares:

Ana Carolina Da Silva Mandetta
Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas
Thalita De Matos Miranda

Suplentes:

Camila Souza do Nascimento
Elaine Pereira Leão
Fernanda Rocha De São Severo

Segmento das Entidades e Organizações de Assistência Social

Titulares:

Adriana Ferreira
Marcelo Panico
Tania Araújo dos Anjos

Suplentes:

Patrícia Alves Costa
Regina Conceição da Paixão Gomes
Sergio Luiz Mendes dos Santos

CONSELHEIROS DO PODER PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMADS

Titulares:

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Priscila Pereira Alves Scharth Gomes
Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz
Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Suplentes:

Fátima de Nóbrega Lednik
Marta Damaceno
Isabela Calil Quintino
Rosana Chaves Azevedo

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS

Titular: Fabio Henrique Salles

Suplente: Suelen Karen Da Silva Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME

Titular: Gláucia Cristine Silva Burckler

Suplente: Taíze Grotto de Oliveira

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

Titular: José Carlos Damasceno

Suplente: Eduardo dos Anjos Barboza

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SMPED

Titular: Severina Eudoxia da Silva

Suplente: Carolina Custódio Pereira dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

Titular: Isabella Soares dos Santos

Suplente: Kauã Sabino Condenso

MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA CENTRAL DA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselheiros da Sociedade Civil: Adriana Ferreira, Camila Souza do Nascimento, Cleuma Maria dos Santos Moraes, Elaine Pereira Leão, Flávia Maria de Moura Reis, Marcelo Panico, Regina Conceição da Paixão, Solange Cristina Castro Sampaio, Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas, Thalita de Matos Miranda.

Conselheiros do Poder Público: Bruna Eloísa Iarossi Xavier Cruz, Fábio Henrique Salles, Gustavo Felício Ferreira Pinto, Isabella Calil Quintino, Priscila Pereira Alves Schart Gomes, Rosana Chaves Azevedo, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Representantes da SMADS: Vanessa Helvécio, Cristiane Leonora

Representantes do CMDCA: Fábio Henrique Salles, Laura Rodrigues

Representantes do FAS: Henrique Toshio Yasuda da Silva, Patrícia Rodrigues

Representantes do Comitê PopRua: Robson César Correia de Mendonça, Roseli Kraemer Esquillaro

Representantes das SAS (Macrorregiões): Adriana Rezende da Silva Telles, Bruna Carolina Monteiro Dal Fabbro, Cássia Aparecida Travensolo, Cleide Leonel Amaro Mendes, Mauro Pereira da Silva, Marta Damaceno, Rita de Cassia Fernanda da Silva, Rosa Maria Tome Telis.

COMISSÃO REGIONAL – PENHA

Gestão

Titular Jessica Ravenia Ferreira Rocha

Suplente Elaine Aparecida Goyano De Oliveira

Trabalhadores(as)

Titular Marcio Sant'ana Modesto

Titular Janaina Marques Gois Silva

Suplente Gabriel Maciel Da Silva

Suplente Francisca Aparecida Felix Lisboa
Suplente Daniel Pregnoatto Maia

Entidades/ Organizações

Titular Andrea Neri Santana
Suplente Eliana Netto

Usuários

Titular Pablo Ruan Alves Pereira
Suplente Breno Barbosa Silva

ASSESSORIA

INSTITUTO POTENCIAL - PROJETOS SOCIAIS

Indiana Del-Fré Ludviger
Supervisão

Marly Pulini
Coordenação Técnica

Valéria A. Escudeiro Giovannetti
Coordenação da Metodologia

Elaine Aparecida Macena Batista Ramos
Coordenação da Sistematização

Ana Cristina de Souza
Ana Paula Monteiro Leite
Assistentes Técnicas

EQUIPE DA CONFERÊNCIA REGIONAL

NÚCLEO DE APOIO

Supervisor: Agnaldo Troiano
Assistente: Alessandra Petille
Líder de Apoio: Janaína Cristina de Souza

MEDIADORES – RELADORES – APOIOS

Carlos Antonio Giron
David Ohannes Bezirgianian
Eliseu Marino de Oliveira
Elizangela Claro
Emerson Suriani da Silva
Fernanda Helfenstein
Giovanni Francheschi Troiano
Kelly Cristina Dias
Liane Bitencourt
Lucio Padrini Andrade
Marcia Antonieta Farro
Renata Alves Escudeiro Giovannetti
Sylvia Sabrina Catardo Santander
Talita Aparecida de Oliviera

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
1. METODOLOGIA PARA O PROCESSO CONFERENCIAL.	10
2. CONFERÊNCIA REGIONAL DA PENHA	12
2.1. ABRANGÊNCIA.....	12
2.2. PROGRAMAÇÃO.....	13
2.3. PLENÁRIA INICIAL	14
2.4. DIAGNÓSTICO REGIONAL.....	14
2.5. REGIMENTO INTERNO.....	15
2.6. TRABALHO NOS GRUPOS.....	22
2.6.1. 1º MOMENTO – ESCALÔMETRO – CONFERIR AS DELIBERAÇÕES REGIONAIS DA CONFERÊNCIA DE 2021	22
2.6.2. 2º MOMENTO – NOVAS PROPOSTAS PARA OS ÂMBITOS: REGIONAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL POR EIXOS TEMÁTICOS.....	23
2.7. PLENÁRIA FINAL.....	32
2.7.1. PROPOSTAS REFERENDADAS	32
2.7.2. MOÇÕES	39
2.7.3. DELEGADOS ELEITOS.....	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

APRESENTAÇÃO

15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: “RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS”

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS/SP, por meio da Resolução COMAS/SP nº 1964 de 21 de março de 2023, publicada em 22 de março de 2023, trata do lançamento e da normatização da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo. Além disso, por meio da Resolução nº 1965/2023, foi estabelecida a Comissão Organizadora Central COC, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS. Essa ação atendeu ao chamado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 90 de 21/12/2022, que convocou a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social.

São Paulo, com seu pioneirismo de luta e organização social através dos movimentos sociais, intelectuais e estudiosos das Universidades, foi a primeira cidade do país a realizar Conferência de Assistência Social como forma de participação popular e instituir o controle social que a Constituição Federal de 1988 preconiza. Sendo assim, São Paulo neste ano de 2023 chamou a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.

Ressalta-se o empenho da SAS Penha em mobilizar os vários segmentos da sociedade, incluindo usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, lideranças das OSCs e gestores, para que esta Conferência Regional pudesse acontecer como instrumento do Estado democrático de direito, dando voz a todos os agentes da sociedade envolvidos com a Política de Assistência Social no território, com proposições a qualificação do SUAS de forma a garantir a luta pela igualdade e equidade social.

“RECONSTRUÇÃO do SUAS...” POR QUÊ?

As Conferências de 2023 vêm como resposta ao dismantelamento que o governo dos últimos 6 anos proporcionou em suas organizações democráticas, desarticulando e descapitalizando as Políticas Públicas. Isso resultou em um estado de abandono especialmente da Política de Assistência Social e, conseqüentemente, no aumento das desigualdades e vulnerabilidade social entre a população atendida pelos serviços, programas e projetos. Com os cortes no orçamento público para a Política de Assistência Social, o esvaziamento do SUAS foi um processo natural do Estado abandonando sua função pública de garantir a proteção social e os direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros(as). Os defensores dos direitos sociais, através do controle social, fortalecido pelos usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, dirigentes e servidores de Organizações da Sociedade Civil - OSC, gestores e governantes democráticos, nunca abriram mão de suas responsabilidades públicas e compromissos para preservar o Sistema Único de Assistência Social como

um recurso público indispensável para a inclusão e proteção social. Devido a esse contexto e à pandemia de Covid-19, que exigiu da Política de Assistência Social ações que ultrapassaram seu escopo de atuação, a "Reconstrução do SUAS" se tornou uma necessidade urgente.

Para a organização metodológica do processo conferencial da 15ª Conferência Municipal, o COMAS, por meio da COC, em conjunto com a SMADS, contratou a organização social Instituto Potencial – Projetos Sociais, conforme as especificações e condições estabelecidas no Contrato nº 53/SMADS/2023, Processo Administrativo SEI – 6024.2023/0006695-0. A organização logística e de infraestrutura ficou a cargo da empresa SAD, responsável pelo trabalho operacional, comunicação visual e registro do processo conferencial.

Cumprindo as orientações do CNAS por meio de seus Instrumentais, especialmente o Informe nº 03 - Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social 2023, e suas indicações argumentativas e temáticas, o lema para as Conferências em 2023 foi definido como base de sustentação da Política Nacional de Assistência Social e do II Plano Decenal 2016 – 2026: "Proteção Social para todos/as os brasileiros/as".

“ASSISTÊNCIA SOCIAL É DIREITO INALIENÁVEL DO CIDADÃO E DEVER INTRANSFERÍVEL DO ESTADO”

Para aprofundar a temática proposta e efetivar o debate, com o objetivo de avaliar, propor e deliberar, a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, assim como as 32 Conferências Regionais versam sobre o tema **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o Suas que queremos.”**, e cinco eixos temáticos, conforme o Informe nº 03 (CNAS):

Eixo 1 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória como instrumento para uma gestão comprometida e responsável dos entes federativos na garantia dos direitos socioassistenciais, considerando as especificidades regionais do país.

Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

Eixo 3 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta de serviços e direitos no SUAS.

Eixo 5 – Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

1. METODOLOGIA PARA O PROCESSO CONFERENCIAL

Com o objetivo de assegurar a participação ativa e o controle social dos conferencistas, o Instituto Potencial- Projetos Sociais desenvolveu uma metodologia, aprovada pelo COMAS-SP e COC. Esta metodologia foi construída com base na sugestão da minuta do Regimento Interno, assim como na formulação da metodologia a ser aplicada nos grupos temáticos e na Plenária Final. Quanto a divisão nos grupos temáticos, no momento de sua inscrição, os conferencistas escolhiam o Eixo que gostariam de dialogar e participar. No momento do credenciamento, cada participante recebia uma pulseira colorida que indicava o referido eixo temático escolhido conforme aponta a tabela abaixo:

Eixo 1 Financiamento	Eixo 2 Controle Social	Eixo 3 Articulação entre segmentos	Eixo 4 Serviços, Programas e Projetos	Eixo 5 Benefício e transferência de renda
Vermelha	Azul	Verde	Laranja	Lilás

Os segmentos partícipes dessa Conferência eram identificados por uma etiqueta autoadesiva colorida (Vermelha: usuários, Amarela: Trabalhadores, Prata: dirigentes de OSC, Dourado: Gestão do Poder Público), para que os mesmos pudessem se reconhecer como grupo e assim debaterem sobre as propostas mais significativas para cada segmento.

Para a realização da Conferência Regional da Penha, o Instituto Potencial - Projetos Sociais mobilizou uma equipe composta por 17 profissionais, incluindo supervisor, assistente, líderes de plenária, equipe de apoio ao credenciamento, auxiliares nas plenárias, relatores de plenária e de grupos, bem como mediadores de grupos.

O trabalho realizado nos grupos temáticos, respeitou os cinco eixos, empregando a dinâmica do "Escalômetro" para avaliar as deliberações regionais da Conferência de 2021. O instrumental foi apresentado aos conferencistas e eles avaliaram e votaram para determinar se cada proposta foi totalmente atendida (cor verde), parcialmente atendida (cor amarela) ou não atendida (cor vermelha), além do registro do número de votos em cada escala (vide instrumental).

O segundo momento da dinâmica concentrou-se nas novas propostas, originadas a partir das reflexões sobre cada Eixo:

- Eixo 1** – Financiamento.
- Eixo 2** – Controle Social.
- Eixo 3** – Articulação entre segmentos.
- Eixo 4** – Serviços, Programas e Projetos.
- Eixo 5** – Benefício e transferência de renda.

Eixo 1 – Financiamento – Questões:

- Como é, e como se realiza o planejamento orçamentário da Política de Assistência Social – é transparente, com controle social?
- Como se dá o compartilhamento de investimentos entre entes federativos: municipal, estadual e federal – Financiamento e Cofinanciamento?
- Como está o financiamento para a execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no SUAS?
- Há recursos para outras demandas que possam surgir no campo socioassistencial nos territórios?

Eixo 2 – Controle Social – Questões:

- Como a participação social está acontecendo na sua função de controle social para garantir o espaço democrático entre sociedade civil e gestão governamental?
- Como está a participação social no acompanhamento das ações para implementar e executar o SUAS?
- A relação governo-trabalhadoras/es-usuárias/os e OSC no Controle Social do SUAS está ocorrendo?
- Como estão as condições de trabalho no SUAS?
- Há formação permanente sobre controle social e para a efetiva profissionalização do SUAS. O Conselho de Assistência Social tem tido formação permanente?

Eixo 3 – Articulação entre segmentos – Questões:

- Há estratégias intersetoriais de integração entre as diversas secretarias garantindo a participação social e proteção social integral dos usuários e usuárias para plena cidadania?
- Há estratégias de articulação para as garantias de direitos e a promoção de equidade social?
- Tem-se garantido atendimento qualificado e emancipatório às/os usuárias/os da Assistência Social?
- Os equipamentos da assistência social estão em condições dignas para executar a atenção e proteção social?
- Há melhoria nas relações de trabalho, sem precarização e assédio moral?
- Há qualificação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras com a humanização das relações de trabalho?
- Há acessibilidade nos serviços da Assistência Social – pessoa com deficiência, LGBTQIA+, territórios de maior vulnerabilidade são atendidos em sua completude?

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos – Questões:

- Há garantia de Proteção Social Básica e Especial em todos os territórios vulneráveis?

- Como estão as garantias dos marcadores sociais na atenção socioassistencial do SUAS: pessoas em situação de rua, refugiadas/os, migrantes, população LGBTQIAPN+, pessoas e famílias vítimas de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, Povos originários e Comunidades Tradicionais, crianças e adolescentes, jovens...
- Os contextos de calamidade pública e emergências estão marcados e há preparo para a atenção socioassistencial?
- Como se dá a intersecção com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?
- O Prontuário SUAS e sua atualização está implantado com a utilização nos sistemas da rede SUAS?
- A Vigilância Socioassistencial está garantida em todos os territórios?

Eixo 5 – Benefício e Transferência de Renda – Questões:

- Como avaliam os benefícios estáveis e/ou continuados, benefícios eventuais e outras transferências.
- Indicar parâmetros de valores a serem praticados adotando como referência o salário-mínimo.
- Articulação entre INSS e os CRAS para operacionalização do BPC.
- Na prática profissional há o incentivo à autonomia dos beneficiários?
- Há regulamentação dos critérios de concessão de benefícios eventuais no município e articulação entre outras políticas: educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, previdência social.
- Como se dá a utilização do CadÚnico para fomentar as ações cotidianas?
- Há qualificação das práticas, considerando as diversas maneiras e definições dos indivíduos, como gênero, etnia, raça, localização geográfica, faixa etária, entre outros, geradores de desigualdades e pobreza?

2. CONFERÊNCIA REGIONAL DA PENHA

2.1. ABRANGÊNCIA

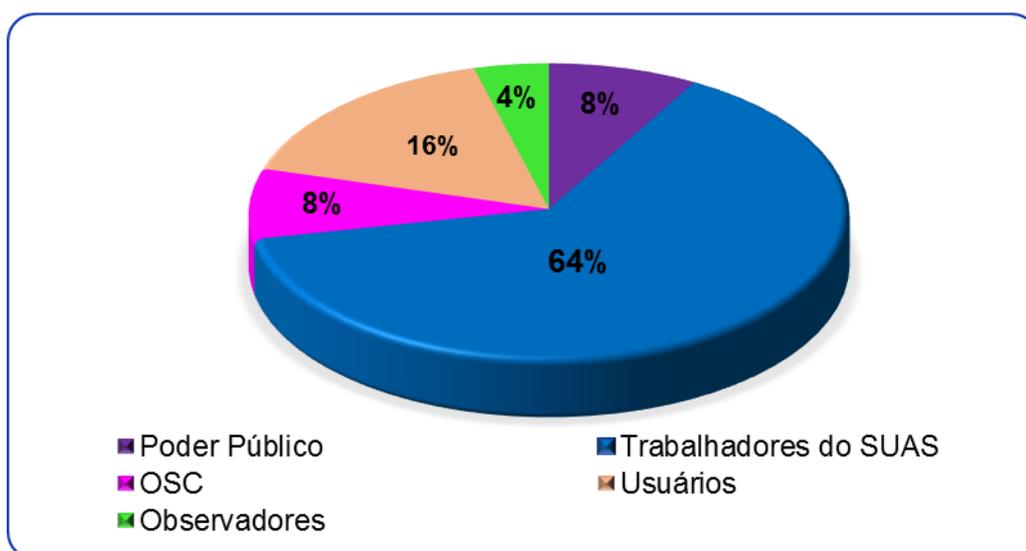
A Conferência Regional da Penha aconteceu no dia 11 de agosto de 2023, no Circo Escola da Vila Ré, rua Santo Henrique, nº 50. Contou com o credenciamento de 170 pessoas, conforme demonstra tabela abaixo:

Previsão	Inscritos	Credenciados
200	200	170

Os credenciados representaram os segmentos estabelecidos nas normatizações específicas estabelecidas, conforme aponta quadro e gráfico abaixo,

sendo importante salientar que o segmento “Trabalhadores” ocupou 64% do conjunto dos segmentos representados.

Poder Público	Trabalhadores do SUAS	OSC	Usuários	Observadores
14	108	13	28	07



2.2. PROGRAMAÇÃO

A programação apresentada foi a realizada, conforme dinâmica dos participantes e necessidades de discussão e debates sobre o tema e eixos temáticos propostos.

Programação da Conferência Regional da Penha

08h00 às 10h45	Recepção e Credenciamento
09h15	Apresentação Cultural
09h25	Mesa de Abertura
09h30	Hino Nacional
09h35	Apresentação do Diagnóstico socioterritorial
10h	Palestra
10h45	Leitura do Regimento Interno da Conferência Regional;
11h30	Aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional;
11h30	Trabalhos em grupos por Eixos
12h30	Intervalo para almoço
13h30	Continuação dos trabalhos em grupos por Eixos
15h00	Prazo final para entrega das moções para mesa coordenadora;
15h30	Início da Plenária: Apresentação cultural;

15h45	Apresentação das propostas referendadas nos grupos, apreciação, aprovação e/ou rejeição;
16h50	Eleição dos/as Delegados/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;
17h38	Encerramento.

2.3. PLENÁRIA INICIAL

2.3.1 Apresentação Cultural

Várias apresentações circenses realizadas pelas crianças participantes do Circo Social Vila Ré.

2.3.2. Mesa de Abertura

- Ana Cristina de Moraes - Representante dos usuários - Usuária do CEDESP Santa Luzia.
- Edson Feitosa - Representante dos trabalhadores - Gerente do Circo Social da Vila Ré.
- Eliana Netto - Representante da Comissão da Conferência - Assistente Social e Gerente do CCA Vila Londrina.
- Suelen Santos - Representante do COMAS.
- Katia Falcão - Representante da Supervisão de Assistência Social - SAS Penha.
- Dirso Parpineli Filho - Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Penha.

Após a composição da mesa, todos e todas cantaram o Hino Nacional e os presentes fizeram uma breve fala sobre a importância do momento conferencial, dando boas-vindas.

2.4. PALESTRA E DIAGNÓSTICO REGIONAL

O Diagnóstico Regional da Penha foi apresentado por Felipe Santoro, funcionário da COVS/ SMADS e Anderson dos Santos da Silva - Graduado em Serviço Social - Assistente Social no CRAS Penha. Ele ofereceu aos presentes uma análise embasada em indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais, segmentados por diferentes grupos, incluindo crianças, adolescentes, jovens, idosos, famílias, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e vítimas de violência na Região Penha. Felipe apresentou essa realidade por meio de dados numéricos e gráficos, evidenciando como as demandas na região aumentaram durante o período de tentativa de desmonte do SUAS.

A Vigilância Socioassistencial desempenha um papel fundamental na efetivação da Política de Assistência Social. Ela é realizada por meio de pesquisas, produção, sistematização e análise de dados com o objetivo de subsidiar e construir diagnósticos para a implementação da Política de Assistência Social em áreas mais

vulneráveis. Essa abordagem é crucial para entender as necessidades da comunidade e orientar a tomada de decisões eficazes.

Felipe também destacou a importância do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, estabelecido em 2005, que define a organização da Política Nacional de Assistência Social e suas funções principais: Proteção Social, Defesa Social e Vigilância Socioassistencial. O Diagnóstico Regional/Socioterritorial da cidade de São Paulo, abrangendo suas 32 regiões administrativas, é uma ferramenta essencial para compreender e abordar as necessidades específicas de cada localidade.

2.4.2. PALESTRA

A palestra foi proferida pela Profa. Dra. Deise Fernandes - Doutora e Mestre em Ciências: Educação e Saúde na Infância e Adolescência, pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ele abordou o tema central da conferência, que era "RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS". Durante sua apresentação, o palestrante ofereceu insights sobre o território em questão e as dificuldades enfrentadas após um período de desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas considerações forneceram um contexto fundamental para o tópico central da conferência.

Além disso, a Profa. Dra. Deise Fernandes discutiu os cinco Eixos Temáticos que foram essenciais para orientar as discussões e trabalhos dos grupos temáticos durante a conferência.

Esses eixos temáticos desempenharam um papel crucial na formulação das propostas e nas discussões realizadas ao longo do evento.

2.5. REGIMENTO INTERNO

Para leitura e aprovação do Regimento Interno, a mesa para o desenvolvimento dos trabalhos foi assim composta:

- Andrea Neri Santana - Presidente do Instituto Vida.
- Eliana Netto - assistente social e gerente do CCA Vila Londrina - Representante da Comissão Regional da Conferência.

REGIMENTO INTERNO		
Nº	DESTAQUES	ALTERAÇÕES
1	Art. 8º	Alteração no horário final do credenciamento – “até o início da leitura do Regimento Interno”
2	Art. 9º	Alteração da Programação.

15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - Da Organização

Art.1º. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS-SP.

Art. 3º. A Comissão Organizadora Regional é responsável pela sua infraestrutura e organização, em todas as etapas da conferência regional, conforme previsto em Resolução específica do COMAS-SP, sendo acompanhada e subsidiada pela Comissão Organizadora Central - COC.

Art. 4º. A Conferência Regional de Assistência Social da Penha será realizada no âmbito da SAS – Supervisão de Assistência Social.

Art. 5º. A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional de Assistência Social da Penha será composta por:

- I - Dois Coordenadores (Comissão Regional),
- II – Até dois representantes indicados e aprovados pelo COMAS/SP;
- III - Um representante da SAS;
- IV – Dois representantes da Sociedade Civil, sendo um do segmento dos trabalhadores e um do segmento dos usuários.

§ 1º. A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º. Cabe ao Coordenador:

- I - Dar início aos trabalhos;
- II - Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenária;
- III - Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º. Cabe ao Mediador:

- I - Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno;
- II - Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

§ 4º. A Mesa de Trabalho contará com o apoio da Assessoria Contratada nos trabalhos da Plenária.

Art. 6º. A Comissão Organizadora Regional da Penha, constituída, se possível, de forma paritária através de Assembleia Regional no âmbito da região da SAS, será homologada pelo COMAS-SP através de resolução publicada em diário oficial, após envio de documentação.

Parágrafo Único. A Comissão Regional é de coordenação paritária constituída por 1(um) representante da Sociedade Civil e 1(um) representante do Poder Público, sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

Art. 7º. Serão participantes da 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha:

I - Conselheiro(a)s Municipais de Assistência Social de São Paulo;

II - Representantes de gestão do Poder Público;

III – Representantes de Organizações Sociais da Sociedade Civil.

IV - Trabalhadores(a)s do SUAS, da rede estatal e não estatal, e organização de trabalhadores(a)s;

V - Usuário(a)s ou Organização de Usuário(a)s;

VI - Representantes de Fóruns Regionais, Municipais, Estaduais e Nacional;

VII - Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias;

VIII - Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero.

§ 1º. Os participantes da 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

§ 2º. A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação *on line*, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos: Entidades, Usuários, Trabalhadores e Poder Público, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.

§ 3º. Participarão na eleição dos/as Delegados/as da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, os segmentos previstos em Resolução específica do COMAS/SP.

Art.8º. Na 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha, o credenciamento será presencial até o início da leitura do regimento, e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença, com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Eixo (50 por grupo).

§1º. Ficam estabelecidas duas listas de presença, sendo: a primeira ao final do credenciamento com o número de pessoas inscritas e a segunda ao final dos trabalhos em grupo com o número efetivo de participantes.

§2º. O número de participantes na segunda lista será o indicativo para a eleição de Delegados/as e suplentes para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

CAPÍTULO II - Da Programação

Art. 9º. A Conferência Regional terá a seguinte programação:

08h – Recepção

Credenciamento: início: 08h – término 10h45

09h – Apresentação Cultural

09h15 - Mesa de Abertura

09h30 – Palestra e/ou Apresentação do Diagnóstico socioterritorial

10h30 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional;

11h30 - Trabalho em grupos

12h30 - Intervalo para almoço

13h30 - Continuação dos trabalhos em grupos por Eixos

15h - Prazo final para entrega das moções para mesa coordenadora

15h - Início da Plenária: apresentação das propostas referendadas nos grupos, apreciação, aprovação e/ou rejeição;

17h – Eleição dos/as Delegados/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;

18h - Encerramento.

CAPÍTULO III - Da Temática

Art. 10. A 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha terá como tema: **“RECONSTRUÇÃO DO SUAS: O SUAS QUE TEMOS E O SUAS QUE QUEREMOS”**

§ 1º. Na Conferência Regional no âmbito das SAS e da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, serão debatidos os 5 Eixos:

I - **EIXO 1: FINANCIAMENTO:** Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país;

II - **EIXO 2: CONTROLE SOCIAL:** Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas;

III - **EIXO 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS:** Como potencializar a participação social no SUAS?

IV - **EIXO 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:** Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS; e

V - **EIXO 5: BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA:** A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

CAPÍTULO IV - Dos Grupos

Art. 11. Nos grupos os participantes serão divididos em subgrupos, respeitando os eixos, utilizando a metodologia definida para o processo conferencial.

§ 1º. Cada grupo terá um Mediador e um Relator disponibilizados pelo Instituto Potencial-Projetos Sociais responsável pela metodologia.

§ 2º. Cabe ao Mediador do Grupo:

- I - Abrir e orientar a discussão;
- II - Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Eixo;
- III - Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que todas as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;
- V - Controlar o tempo.

§ 3º. Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas de deliberação do grupo em instrumental próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e à Plenária;
- III - Havendo mais de um Grupo Temático do mesmo Eixo, cabe aos relatores desses grupos a sistematização prévia das propostas, com a indicação do total de votos recebidos em cada uma delas e a apresentação do resultado à equipe responsável pela sistematização final, que apresentará a mesa coordenadora e à Plenária.

Art. 12. Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático as propostas que serão apresentadas à Plenária da Conferência Regional de Assistência Social da Penha. Após a aprovação, o Instituto Potencial-Projetos Sociais deverá sistematizar as deliberações para subsidiar 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

§ 1º- Cada grupo de trabalho apresentará na plenária da Conferência Regional até 5 (cinco) propostas para a regional, até 5 (cinco) propostas para o município, até 2 (duas) propostas para o Estado e até 02 (duas) propostas para o Federal,

§ 2º Se houver mais de um grupo da mesma temática, as propostas elaboradas serão sistematizadas pelo Mediador, Relator e representante eleito pelo grupo das salas.

CAPÍTULO V - Da Plenária Final

Art. 13. As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início da Plenária de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa.

§ 1º. As moções deverão ser assinadas por pelo menos 10% dos participantes constantes na segunda lista de presença.

§ 2º. Nos casos em que a Plenária não se sentir esclarecida sobre o teor da Moção será concedido ao autor 02 minutos para esclarecimentos.

Art. 14. No que se refere às intervenções:

I - Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados durante a leitura e esclarecimentos, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.

II - Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

III - Somente serão concedidas no máximo duas defesas mediante consulta à Plenária.

IV - A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizada pela Plenária.

V - A assessoria contratada garantirá apoio técnico na Plenária da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos/as Delegados/as, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.

Art. 15. O Relator de cada grupo apresentará a proposta e entregará para a mesa coordenadora os “formulários padrão” preenchidos durante a discussão dos grupos.

Parágrafo Único. Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, o Instituto Potencial-Projetos Sociais será responsável pelo recolhimento das listas de presença, instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela Plenária, moções e avaliação dos participantes.

CAPÍTULO VI – Dos/As Delegados/As

Art. 16. Critério de escolha dos/as Delegados/as Titulares/Suplentes e Observadores/as para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

§ 1º. Os/As delegados/as à 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos/as Delegados/as na Conferência Regional.

§ 2º. Deverão ser eleitos/as Delegados/as e observadores/as da Sociedade Civil para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, garantindo prioritariamente:

I - Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores (não estatais) e Usuários serão eleitos:

a) Delegados/as titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) Delegado/a eleito/a para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional;

b) Delegados/as suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) Delegado/a eleito/a para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional;

II - Serão eleitos para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo nas vagas estatais, na mesma proporção dos itens “I a)” e “I b)”, sendo 2/3 de sua composição Trabalhadores do SUAS e 1/3 será composto pela Gestão;

III - Observadores - até o máximo de 05 (cinco) por Conferência Regional, os quais terão direito a voz na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo;

IV- A composição da delegação para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo será acrescida de 36 (trinta e seis) Conselheiros (as) do COMAS-SP - sendo 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes da sociedade civil e 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes do Poder Público, os quais participarão da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, na condição de Delegados/as natos/as, desde que participem integralmente do processo (Plenária e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 03 (três) das 32 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;

Parágrafo único – A empresa de infraestrutura contratada deverá entrar em contato com os delegados (as) suplentes que substituirão os delegados(as) titulares que não tiverem realizado inscrição até 17/08/2023 e realizarão sua inscrição para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

V - Caso uma região não atinja o número necessário de Delegados/as, não poderá ser complementado por representantes de outra região, tendo em vista a representatividade regional;

VI - Serão considerados/as eleitos/as os/as candidatos/as que obtiverem maior número de votos dos/as participantes, em pleito realizado em Plenária.

§ 1º. Os/As Delegados/as Titulares e Suplentes deverão ser apresentados/as pela 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha para referendo final da Plenária Final.

§ 2º. Os/As Delegados/as eleitos/as, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados/as, sendo indicado o/a suplente conforme a ordem decrescente de votos.

VII - Instituto Potencial-Projetos Sociais ficará responsável, juntamente com a Comissão Organizadora Regional, pela elaboração da listagem nominal dos/as

Delegados/as titulares, suplentes e observadores/as, referente à 15ª Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha em conjunto com o representante do COMAS-SP moderador da Conferência Regional *ad referendum* da Plenária.

São Paulo, 11 de agosto de 2023.

Plenária da 15ª Conferência Regional de Assistência Social da Penha.

2.6. TRABALHO NOS GRUPOS

Conforme definido na programação e durante o processo de credenciamento, os conferencistas foram encaminhados para grupos de trabalho, os quais foram subdivididos de acordo com os Eixos Temáticos. Essa atividade foi planejada para ocorrer em dois momentos distintos: o primeiro consistiu na revisão das deliberações da Conferência de 2021, o segundo momento o início dos trabalhos e das discussões das propostas da Conferência de 2023.

Total de participantes por grupo de Eixo:					
Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	TOTAL
24	29	36	59	21	169

2.6.1 - 1º Momento – Escalômetro – Conferir as deliberações regionais da Conferência de 2021.

SÍNTESE DA VOTAÇÃO DOS 5 EIXOS

Todos os grupos dos Eixos Temáticos discutiram e conferiram as deliberações da última Conferência, de 2021, e posteriormente a assessoria técnica do Instituto Potencial – Projetos Sociais realizou a compilação dos dados apresentados, conforme segue abaixo:

TOTALMENTE	PARCIALMENTE	NÃO ATENDIDO
-------------------	---------------------	---------------------

Nº	PROPOSTAS REGIONAIS DELIBERADAS NA CONFERÊNCIA REGIONAL DE 2021	ESCALA DE CORES
1	Atualizar e publicizar o diagnóstico de mapeamento da demanda por serviços dentro dos territórios (de acordo com as vulnerabilidades) sob a responsabilidade de COVS.	
2	. Implantação e implementação de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no distrito de Cangaíba, devido a vulnerabilidade social existente.	
3	Implantação e implementação de um Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP), no distrito de Cangaíba.	
4	. Implantação e implementação dos seguintes serviços no território: CDCM, Implantação de Centro de Acolhida LGBTQIA+, Naispd e um CJ para o Cangaíba.	
5	Implantação e implementação do Núcleo de Convivência para Idosos (NCI) no distrito da Penha	
6	Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do território - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.	
7	Que os serviços NPJ (que faz o PAEFI) e o SASF (PAIF), tenham acesso ao CCP para consultar a situação cadastral das famílias atendidas.	

2.6.2. - 2º Momento – Novas Propostas para os âmbitos: Regional, Municipal, Estadual e Federal por Eixos Temáticos

No trabalho do grupo de Eixo Temático os participantes discutiram as questões pertinentes e realizaram suas proposições que foram levadas à Plenária Final para aprovação.

Eixo 1 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país

PARTICIPANTES	16
MEDIADOR (A)	Liane Bittencourt
RELATOR (A)	Carlos Antonio Giron
HORÁRIO DE INÍCIO	11:20
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	15:22

Eixo 2 – Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas

PARTICIPANTES	27
MEDIADOR (A)	Eliseu Marino de Oliveira
RELATOR (A)	Lucio Padrini Andrade
HORÁRIO DE INÍCIO	11:26
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	15:05

Eixo 3 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

PARTICIPANTES	36
MEDIADOR (A)	Emerson Suriani Silva
RELATOR (A)	Talita Aparecida de Oliveira
HORÁRIO DE INÍCIO	11h25
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	15h00

Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

PARTICIPANTES	41
MEDIADOR (A)	David Ohannes Bezirgianian
RELATOR (A)	Elizangela Claro de Sousa
HORÁRIO DE INÍCIO	11H25
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	15H07

Eixo 5 – Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS

PARTICIPANTES	19
MEDIADOR (A)	Sylvia Sabrina Cataldo
RELATOR (A)	Marcia Antonieta Farro
HORÁRIO DE INÍCIO	11h23
HORÁRIO DE FINALIZAÇÃO	15h00

GRUPO - EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Garantir recursos para implantação e implementação de NAISPD, CDCM e Centro de Acolhida LGBTQIAPN+ no território e implantação de CRAS, CEDESP no distrito de Cangaíba.</p> <p>2.Garantir a verba do quadro de RH para recursos de vale alimentação e vale transporte dos trabalhadores da rede socioassistencial de acordo com a distância de seu local de trabalho.</p> <p>3.Garantir autonomia financeira e administrativa para SAS.</p> <p>4.Efetivar implantação de SAICA Híbrido no território, seguindo TAC (Termo de Ajuste de Conduta) do MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo)</p> <p>5.Garantir a capacitação de todos os trabalhadores da rede sócio assistencial em Libras e Braille.</p>	<p>1.Aumentar o orçamento do FMAS (Fundo Municipal da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a pasta da assistência social, a fim de viabilizar os programas, serviços e projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p> <p>2.Aumentar a verba do quadro de RH garantindo recursos para vale alimentação e vale transporte dos trabalhadores da rede socioassistencial de acordo com a distância de seu local de trabalho.</p> <p>3.Inserir os CRAS, CREAS e Centros POP nos serviços financiados pelo Fundo Municipal da Assistência Social.</p> <p>4.Rever o sistema de cálculo dos valores per capita (não corrigidos a 13 anos) encaminhados para as organizações acompanhando a inflação, de forma a garantir a qualidade dos serviços</p>	<p>1.Aumentar o orçamento do FEAS (Fundo Estadual da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a pasta da assistência social, a fim de viabilizar os programas, serviços e projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p> <p>2.Financiar central de apoio para Migrantes e pessoas com deficiência.</p>	<p>1.Aumentar o orçamento do FNAS (Fundo Nacional da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a pasta da assistência social, a fim de viabilizar os programas, serviços e projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p> <p>2.Financiar central de apoio para Migrantes e pessoas com deficiência.</p>

	<p>socioassistenciais</p> <p>5.Financiar central de apoio e capacitação para trabalhadores que atendem Migrantes e pessoas com deficiência.</p>		
GRUPO - EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Criar um Conselho Gestor Intersetorial no território, subdividido por comissões distritais, a fim de garantir a participação popular na política pública de Assistência Social.</p> <p>2.Atualizar e publicizar de forma ampla, utilizando todas as ferramentas de comunicação, incluindo todas as formas de acessibilidade, o diagnóstico de mapeamento semestral da demanda por serviços, sob a responsabilidade do COVS.</p> <p>3.Ampliar um programa de Formação Continuada para os três seguimentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS,</p>	<p>1.Ampliar um programa de Formação Continuada para os três seguimentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS, sob responsabilidade da SMADS, na estrutura existente do ESPASO e de forma descentralizada.</p> <p>2.Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do município - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p> <p>3.Atualizar e publicizar de forma ampla, utilizando todas as ferramentas de comunicação, incluindo todas as formas de acessibilidade, o diagnóstico de</p>	<p>1.Ampliar um programa de Formação Continuada para os três seguimentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS, sob responsabilidade da SEDS, de forma descentralizada, em curto prazo.</p>	<p>1.Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população a nível federal - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p>

<p>sob responsabilidade da SMADS, na estrutura existente do ESPASO e de forma descentralizada, em curto prazo.</p> <p>4.Promover e qualificar a participação social e política dos usuários(as) para as Conferências de Assistência Social, utilizando os meios e canais de comunicação específicos de cada território.</p> <p>5.Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do território - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p>	<p>mapeamento semestral da demanda por serviços, sob a responsabilidade do COVS.</p> <p>4.Promover e qualificar a participação social e política dos usuários(as) para as Conferências de Assistência Social, utilizando os meios e canais de comunicação específicos de cada território.</p>		
--	---	--	--

GRUPO - EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Ampliar o quadro de recursos humanos que permita a concretude da melhoria dos serviços socioassistenciais.</p> <p>2.Promover o encontro mensal com assistência, saúde, conselho tutelar e educação para melhorar a comunicação enquanto serviços da</p>	<p>1.Ampliar o acesso da Comissão de Mediação das Relações no Ambiente de Trabalho (COMRELAT) de acordo com a portaria nº 01/SMADS/2021 para todos os trabalhadores da assistência social no atendimento da violência estrutural e institucional, assédio moral e</p>	SEM PROPOSTA	SEM PROPOSTA

<p>rede.</p> <p>3.Criar um comitê técnico intersetorial aos moldes do matriciamento a fim de discutir os casos e as necessidades dos serviços socioassistenciais.</p> <p>4.Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do território, com a linguagem lúdica e acessível nas temáticas e ênfase ao acesso e garantia de direitos socioassistenciais.</p>	<p>situações de conflito no ambiente de trabalho, atuando na sua resolução e prevenção</p> <p>2.Incluir no quadro de recursos humanos profissional psicólogo e auxiliar terapêutico, visto que, apesar de serem serviços de baixa complexidade atendem crianças e jovens com necessidades especiais e esses tem garantido por lei (LEI DE INCLUSÃO Nº 13.146/2015) o pleno acesso, participação e aprendizagem nos espaços CCA, CEDESP, NCI e Circo Social.</p>		
GRUPO - EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Ampliar a rede de serviços socioassistenciais de acordo com a demanda do subdistrito da penha: CJ e SASF no território de Arthur Alvim; CCA, CJ, CRAS, CDI, NAISPD, CEDESP, SASF no território do Cangaíba; CDCM, centro de acolhida LGBTQIAPN+, núcleo de convivência para idosos (NCI), ILPI, ILPI GRAU III, CAE</p>	<p>1. Potencializar os programas de parceria entre os serviços da assistência social e saúde, e criar parcerias públicas/ privadas, objetivando a oferta de um atendimento psicológico clínico, que atende demanda dos usuários do SUAS, dentro dos serviços de proteção básica e especial, efetivando o pleno acesso ao</p>	<p>1.Implantar e implementar um serviço que garanta atendimento psicológico para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2.Retomar o processo de regionalização do programa observatório da vigilância socioassistencial, atualizando e publicizando o diagnóstico territorial, através de</p>	<p>1.Implantar e implementar um serviço que garanta atendimento psicológico para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2.Ampliar estratégias para facilitar o acesso ao CadÚnico a famílias e usuários do SUAS.</p>

<p>idoso, centro para refugiados no distrito da Penha.</p> <p>2.Criar campeonatos esportivos, festivais culturais e outras possibilidades de integração entre a rede socioassistencial.</p>	<p>direito.</p> <p>2.Retomar o processo de regionalização do programa observatório da vigilância socioassistencial, atualizando e publicizando o diagnóstico territorial, através de mapeamento da demanda por serviços dentro dos territórios (de acordo com as vulnerabilidades).</p> <p>3.Garantir que na revisão da portaria 46/SMADS/2023 seja contemplado o aumento do número de RH qualificado conforme as necessidades dos serviços.</p> <p>4.Implantar o sistema de prontuário eletrônico na proteção básica do suas, mantendo atualização permanente dos sistemas operacionais, aumentando os recursos referentes a sua finalidade.</p> <p>5.Ampliar estratégias para facilitar o acesso ao CadÚnico a famílias e usuários do suas.</p>	<p>mapeamento da demanda por serviços dentro dos territórios (de acordo com as vulnerabilidades).</p>	
---	---	---	--

GRUPO - EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Divulgar o Cadastro Único para as escolas, serviços da Saúde (Ex.: UBS, CAPS, UPAS, etc.), serviços da assistência social, subprefeitura, terminais de ônibus, trem e metrô, locais religiosos, entre outros, para o maior acesso da população da regional Penha.</p> <p>2.Implantar o CRAS-Cangaíba.</p> <p>3.Garantir que o CRAS, a partir dos marcadores sociais identificados no CadÚnico, sejam encaminhados e acompanhados e tenham uma devolutiva dos serviços socioassistenciais para o CRAS e vice-versa.</p> <p>4.Criar um projeto dentro do CRAS de empreendedorismo, estimulando o cooperativismo, espaços, ateliês e oficinas colaborativas, principalmente contemplando os migrantes e refugiados moradores da regional Penha.</p>	<p>1.Ampliar a quantidade de cesta básica para famílias, por meio do CRAS e CREAS, levando em conta os marcadores sociais, passando de 03 cestas básicas ao ano para pelo menos 01 cesta ao mês.</p> <p>2.Garantir o recebimento de cesta básica para todos os(as) usuários(as) que dela necessitem, baseando-se nos marcadores sociais.</p> <p>3.Ampliar a quantidade de cadastradores do CadÚnico, tendo como prioridade a contratação dos(as) usuários(as) do SUAS.</p> <p>4.Ampliar a quantidade de Unidades Móveis que realizam o CadÚnico.</p> <p>5.Implantar novos postos de cadastramento do CadÚnico, em locais públicos, como: Estações de Metrô, Terminais de ônibus, Escolas, Serviços da Saúde e da</p>	<p>1.Divulgar o Cadastro Único em diferentes meios de comunicação, tais como Televisão, Jornal, Rádio, Boletins, Redes Sociais, para o maior acesso da população.</p> <p>2.Aumentar o valor do aluguel-social, usando como parâmetro os valores do DIEESE.</p>	<p>1.Alterar o critério de avaliação dos Benefícios de transferência de renda para que o BPC não seja considerado como renda familiar, visto que esse benefício é destinado às necessidades específicas dos beneficiários e não para manutenção de toda a família.</p> <p>2.Garantir celeridade ao processo de análise e liberação dos cadastros unipessoais, levando em conta a vulnerabilidade social em que se encontra o(a) usuário(a).</p>

	rede socioassistenciais, em especial no SASF.		
--	---	--	--

2.7. PLENÁRIA FINAL

2.7.1. Propostas Referendadas

EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos para implantação e implementação de NAISPD, CDCM e Centro de Acolhida LGBTQIAPN+ no território e implantação de CRAS e CEDESP no distrito de Cangaíba.</p> <p>2. Garantir a verba do quadro de RH para recursos de vale alimentação e vale transporte dos trabalhadores da rede socioassistencial de acordo com a distância de seu local de trabalho.</p>	<p>1. Aumentar o orçamento do FMAS (Fundo Municipal da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a Pasta da Assistência Social, a fim de viabilizar os Programas, Serviços e Projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p> <p>2. Aumentar a verba do quadro de RH garantindo recursos para vale alimentação e vale transporte dos trabalhadores da rede socioassistencial de acordo</p>	<p>1. Aumentar o orçamento do FEAS (Fundo Estadual da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a Pasta da Assistência Social, a fim de viabilizar os Programas, Serviços e Projetos e demais demandas da rede Socioassistencial.</p> <p>2. Financiar central de apoio para Migrantes e pessoas com deficiência.</p>	<p>1. Aumentar o orçamento do FNAS (Fundo Nacional da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a Pasta da Assistência Social, a fim de viabilizar os Programas, Serviços e Projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p> <p>2. Financiar central de apoio para Migrantes e pessoas com deficiência.</p>

<p>3. Garantir autonomia financeira e administrativa para SAS.</p> <p>4. Efetivar implantação de SAICA Híbrido no território, seguindo TAC (Termo de Ajuste de Conduta) do MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo).</p> <p>5. Garantir a capacitação de todos os trabalhadores da rede sócio assistencial em Libras e Braille.</p>	<p>com a distância de seu local de trabalho.</p> <p>3. Inserir os CRAS, CREAS e Centros POP nos Serviços financiados pelo Fundo Municipal da Assistência Social.</p> <p>4. Rever o sistema de cálculo dos valores Per Capita (não corrigidos há 13 anos) encaminhados para as organizações acompanhando a inflação, de forma a garantir a qualidade dos serviços socioassistenciais.</p> <p>5. Financiar central de apoio e capacitação para trabalhadores que atendem Migrantes e pessoas com deficiência.</p>		
---	---	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar um Conselho Gestor Intersetorial no território, subdividido por comissões distritais, a fim de garantir a participação popular na política</p>	<p>1. Ampliar um programa de Formação Continuada para os três segmentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS,</p>	<p>1. Ampliar um programa de Formação Continuada para os três seguimentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS,</p>	<p>1. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população a nível federal - de forma lúdica e acessível - nas questões e</p>

<p>pública de Assistência Social.</p> <p>2. Atualizar e publicizar de forma ampla, utilizando todas as ferramentas de comunicação, incluindo todas as formas de acessibilidade, o diagnóstico de mapeamento semestral da demanda por serviços, sob a responsabilidade do COVS.</p> <p>3. Ampliar um programa de Formação Continuada para os Três segmentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS, sob responsabilidade da SMADS, na estrutura existente do ESPASO e de forma descentralizada, em curto prazo.</p> <p>4. Promover e qualificar a participação social e política dos usuários(as) para as Conferências de Assistência Social, utilizando os meios e canais de comunicação específicos de cada território.</p> <p>5. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando</p>	<p>sob responsabilidade da SMADS, na estrutura existente do ESPASO e de forma descentralizada.</p> <p>2. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do município - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p> <p>3. Atualizar e publicizar de forma ampla, utilizando todas as ferramentas de comunicação, incluindo todas as formas de acessibilidade, o diagnóstico de mapeamento semestral da demanda por serviços, sob a responsabilidade da COVS.</p> <p>4. Promover e qualificar a participação social e política dos usuários(as) para as Conferências de Assistência Social, utilizando os meios e canais de comunicação específicos de cada território.</p>	<p>sob responsabilidade da SEDS, de forma descentralizada, em curto prazo.</p>	<p>demandas apresentadas.</p>
---	--	--	-------------------------------

a participação da população do território - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o quadro de recursos humanos que permita a concretude da melhoria dos Serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Promover o encontro mensal com Assistência, Saúde, rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente e educação para melhorar a comunicação enquanto Serviços da rede.</p> <p>3. Criar um comitê técnico intersetorial aos moldes do matriciamento, a fim de discutir os casos e as necessidades dos Serviços socioassistenciais.</p> <p>4. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do</p>	<p>1. Ampliar o acesso da Comissão de Mediação das Relações no Ambiente de Trabalho (COMRELAT) de acordo com a portaria nº 01/SMADS/2021 para todos os trabalhadores da Assistência Social no atendimento da violência estrutural e institucional, assédio moral e situações de conflito no ambiente de trabalho, atuando na sua resolução e prevenção.</p> <p>2. Incluir no quadro de recursos humanos: profissional psicólogo e auxiliar terapêutico, visto que, apesar de serem Serviços de baixa complexidade atendem crianças e jovens com necessidades especiais e esses têm garantido por lei (LEI DE INCLUSÃO Nº 13.146/2015) o pleno acesso, participação e</p>	NÃO HOUVE PROPOSTAS	NÃO HOUVE PROPOSTAS

<p>território, com a linguagem lúdica e acessível nas temáticas e ênfase ao acesso e garantia de direitos socioassistenciais.</p>	<p>aprendizagem nos espaços CCA, CEDESP, NCI e Circo Social</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar a rede de Serviços Socioassistenciais de acordo com a demanda do subdistrito da Penha: CJ e SASF no território de Arthur Alvim; CCA, CJ, CRAS, CDI, NAISPD, CEDESP, SASF no território do Cangaíba; CDCM, Centro de Acolhida LGBTQIAPN+, Núcleo de Convivência para Idosos (NCI), ILPI, ILPI GRAU III, CAE IDOSO, Centro para refugiados no distrito da Penha.</p> <p>2. Criar campeonatos esportivos, festivais culturais e outras possibilidades de integração entre a rede Socioassistencial.</p>	<p>1. Potencializar os Programas de parceria entre os Serviços da Assistência Social e Saúde, e criar parcerias públicas/privadas, objetivando a oferta de um atendimento psicológico clínico, que atenda demanda dos usuários do SUAS, dentro dos Serviços de Proteção Básica e Especial, efetivando o pleno acesso ao direito.</p> <p>2. Retomar o processo de regionalização do programa observatório da vigilância socioassistencial, atualizando e publicizando o diagnóstico territorial, através de mapeamento da demanda por Serviços dentro dos territórios (de acordo com as</p>	<p>1. Implantar e implementar um Serviço que garanta atendimento psicológico para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Retomar o Processo de Regionalização do Programa observatório da vigilância Socioassistencial, atualizando e publicizando o diagnóstico territorial, através de mapeamento da demanda por serviços dentro dos territórios (de acordo com as vulnerabilidades).</p>	<p>1. Implantar e implementar um serviço que garanta atendimento psicológico para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Ampliar estratégias para facilitar o acesso ao CadÚnico a famílias e usuários do SUAS.</p>

	<p>vulnerabilidades).</p> <p>3. Garantir que na revisão da Portaria 46/SMADS/2023 seja contemplado o aumento do número de RH qualificado conforme as necessidades dos serviços.</p> <p>4. Implantar o Sistema de Prontuário Eletrônico na Proteção Básica do SUAS, mantendo atualização permanente dos sistemas operacionais, aumentando os recursos referentes a sua finalidade.</p> <p>5. Ampliar estratégias para facilitar o acesso ao CadÚnico a famílias e usuários do SUAS.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Divulgar o Cadastro Único para as escolas, serviços da Saúde (ex.: UBS, CAPS, UPAS, etc.), Serviços da Assistência Social, subprefeitura, terminais de ônibus, trem e metrô, locais</p>	<p>1. Garantir que seja efetivada a segurança alimentar de acordo com a Lei 17752/2022 que institui o fundo de combate à fome.</p>	<p>1. Divulgar o Cadastro Único em diferentes meios de comunicação, tais como Televisão, Jornal, Rádio, Boletins, Redes Sociais, para o</p>	<p>1. Alterar o critério de avaliação dos Benefícios de transferência de renda para que o BPC não seja considerado como renda familiar, visto que esse benefício é destinado às necessidades</p>

<p>religiosos, entre outros, para o maior acesso da população da regional Penha.</p> <p>2. Implantar o CRAS-Cangaíba.</p> <p>3. Criar um projeto dentro do CRAS de empreendedorismo, estimulando o cooperativismo, espaços, ateliês e oficinas colaborativas, principalmente contemplando os migrantes e refugiados moradores da regional Penha.</p>	<p>2. Ampliar a quantidade de cadastradores do CadÚnico tendo como prioridade a contratação dos(as) usuários(as) do SUAS.</p> <p>3. Ampliar a quantidade de Unidades Móveis que realizam o CadÚnico.</p> <p>4. Implantar novos postos de cadastramento do CadÚnico, em locais públicos, como: Estações de Metrô, Terminais de ônibus, Escolas, Serviços da Saúde e da rede socioassistenciais.</p>	<p>maior acesso da população.</p> <p>2. Aumentar o valor do aluguel-social, usando como parâmetro os valores do DIEESE.</p>	<p>específicas dos beneficiários e não para manutenção de toda a família.</p> <p>2. Garantir celeridade ao processo de análise e liberação dos cadastros unipessoais, levando em conta a vulnerabilidade social em que se encontra o(a) usuário(a).</p>
--	--	---	---

2.7.2. MOÇÕES

O quadro abaixo apresenta as moções votadas em plenária final, com o número de assinaturas à frente.

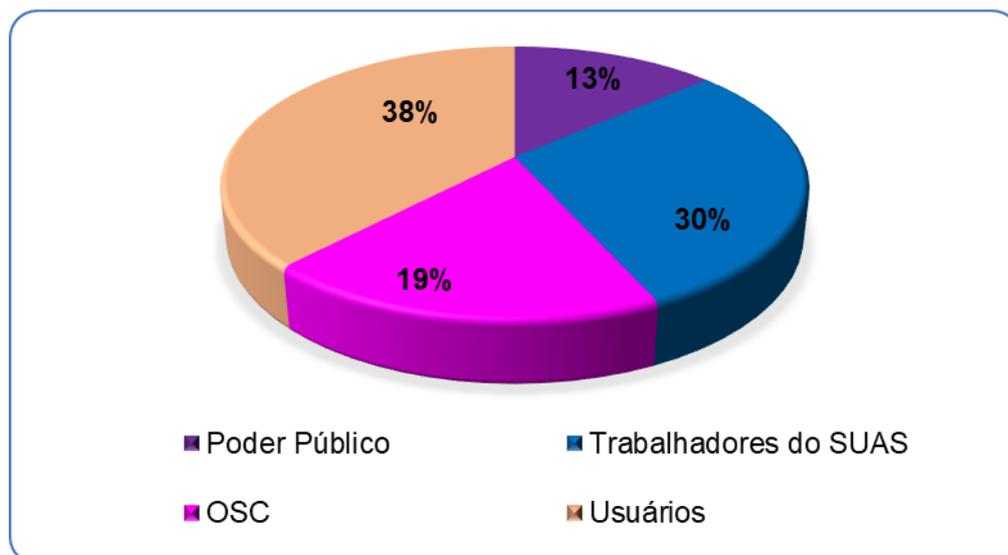
Moções de Repúdio e Recomendação		
01	Consulta e contribuição para revisão das portarias 46 e 47/SMADS/2010	29
Moções de Apoio		
01	Implantação e implementação dos serviços CJ/CEDESP/ CRAS e SASF	32
02	Criar uma política pública 5% verba para Assistência Social	32
Moções de Recomendação		
01	Implantação de um CRAS no Cangaíba	58
02	Inserção NAISPD	28
03	Criação de um CEDESP no Cangaíba	21
04	Um psicólogo no CEDESP Santa Luzia	32

2.7.3. DELEGADOS ELEITOS

Durante os grupos de trabalho era passada uma lista de intenção para delegados por segmento, ao qual os conferencistas podiam assinar e manifestar seu desejo de ser eleito para a Conferência Municipal. Os candidatos eram eleitos na Plenária Final e aclamados delegados pelo conjunto dos conferencistas presentes. Os delegados eleitos faziam sua inscrição on-line, através de formulário específico ou preenchiam o referido instrumental de forma manual.

Número de delegados/as eleitos por segmento definido em plenária:

Usuários	Trabalhadores do SUAS	OSC	Poder Público/ Gestão
14	11	07	05



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar ao final deste relatório o processo da Conferência Regional de Assistência Social que mobilizou territorialmente a população usuária do SUAS, bem como trabalhadores e representantes de Organizações da Sociedade Civil e Poder Público. Esta retomada, após um processo pandêmico que se viveu no país e no mundo, fez com que, para além do encontro presencial, todos e todas pudessem discutir os caminhos da Política de Assistência Social e de seu Sistema Único – SUAS.

A Política de Assistência Social, assim como as demais Políticas Públicas de garantia de direitos, que foram amplamente discutidas a partir da Constituição Federal de 1988, foi negligenciada nos últimos seis anos, com ataques destrutivos na concepção da Assistência Social como direito de cidadania e como política integrante da Seguridade Social.

Vários foram os obstáculos, como a ampliação da implantação de serviços da estrutura do SUAS, da participação e controle social, descontinuidade de financiamento no âmbito das Proteções Básica e Especial, repercutindo assim na atenção à população mais vulnerabilizada.

Este momento conferencial da cidade de São Paulo rompe com descaso e chama para o planejamento da Política de Assistência Social, para o controle social com participação efetiva da população, com a necessidade de financiamento continuado e necessidade de retomada da qualificação dos profissionais e conselheiros do SUAS.

A temática **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos!”**, e seus Eixos Temáticos nos chamou para o debate, com ponto de

exclamação, gritando para todos os lados, “que SUAS é esse que queremos!!!”. Oportunizou uma discussão abrangente, capaz de acolher todas as questões que afetam o SUAS territorialmente e sua capacidade de garantir proteção como responsabilidade pública no município.